

Racionamento de energia elétrica e gás boliviano

Rafael Kelman¹

O racionamento de energia anunciado pelo Ministro de Minas e Energia, José Jorge, e previsto para começar em junho, pode ser atribuído a dois fatores. O primeiro refere-se à falta de investimentos em geração e transmissão nos últimos anos, o que resultou num desequilíbrio entre oferta e demanda de energia elétrica. Este desequilíbrio foi continuamente sendo “empurrado com a barriga” através do uso da energia armazenada nos imensos reservatórios brasileiros. Uma analogia útil para entender o problema é a de uma pessoa que gasta seu dinheiro em conta corrente (energia armazenada nos reservatórios) para cobrir gastos, que estão maiores que suas receitas (desequilíbrio entre oferta e demanda). Bem, ao longo do tempo, o dinheiro da conta corrente vai diminuindo e agora está próximo do fim (os reservatórios estão secando).

O segundo fator – que costuma ser mais lembrado que o primeiro – foram as escassas chuvas do início de 2001, responsáveis pelas baixas aflúncias às usinas hidrelétricas nas regiões Nordeste e Sudeste. E isto é crucial para um sistema cuja energia é gerada quase que exclusivamente por estas hidrelétricas. Mantendo a analogia, é como se a pessoa além de estar perto de exaurir suas economias, tivesse uma redução salarial.

O racionamento que seguramente teremos em 2001 e possivelmente em 2002, é, parodiando Gabriel García Marques, a “crônica de uma morte anunciada”. Isto é, nos últimos quatro anos, o risco de racionamento esteve sempre acima do considerado razoável pelos planejadores, aumentando de valor de um ano para o outro como consequência do contínuo esvaziamento dos reservatórios. Como na roleta russa, alguma hora a arma tem que disparar. A seca de 2001 mostra que esta hora chegou.

Como somos incapazes de controlar fenômenos naturais como as chuvas, é natural voltarmos nossas atenções ao primeiro ponto. Por que a oferta (novas usinas) não acompanhou o crescimento da demanda, impulsionada pelo Plano Real? Houve falta de interesse dos investidores nacionais e internacionais no setor elétrico brasileiro?

Não. O que não faltou foram grupos interessados. Afinal, o consumo de energia no Brasil é enorme e cresce rápido, sem falar da enorme demanda reprimida. Então por que os investimentos não foram feitos ?

Existem diversos fatores que individualmente explicam parte da estória, mas em conjunto podem ser resumidos numa causa maior: a existência de incertezas quanto às regras de jogo, as chamadas incertezas regulatórias. Entre estas incertezas destacam-se o custo do gás e o risco cambial.

Talvez a maior responsável pelo congelamento do plano de obras de construção das usinas térmicas seja o preço do gás boliviano, fornecido pela Petrobrás para a produção de energia elétrica nas térmicas. O preço é cotado em dólar e indexado ao preço internacional do petróleo. Supondo valores típicos para custo de investimento e eficiência energética das modernas térmicas a gás, uma vida útil de 20 anos, e uma taxa interna de retorno “desejada” de 15%, o valor de venda de energia de uma térmica estaria hoje em torno de US\$39 por megawatt-hora. Os investidores privados argumentam que com este valor seria possível tocar o negócio, desde que seus clientes, as concessionárias de distribuição, concordassem em assinar contratos de longo prazo, conhecidos por PPA’s

¹ Engenheiro, Power Systems Research. (rafael@psr-inc.com)

(Power Purchase Agreements), de 20 anos. Dizem que sem PPA, não conseguem financiamento para tocar os projetos, e sem *project finance*, nada de térmica.

Acontece que as distribuidoras não estão querendo assinar contratos nestas bases. O argumento é simples de entender: 20 anos é muito tempo e US\$39 por megawatt-hora não é nenhuma pechincha. Se no futuro ocorrer competição no negócio de fornecimento de gás, hoje exclusivamente em mãos da Petrobrás, é grande a chance de haver redução do preço. Nenhuma distribuidora quer “micar” com um contrato caro de 20 anos, ainda mais sabendo que no futuro os consumidores poderão escolher de quem comprar.

Para desatar esse nó, é possível que se cogite em repassar o alto custo das térmicas às tarifas cobradas aos consumidores cativos, isto é, para nós, pessoas físicas que hoje não temos a possibilidade de escolher de quem comprar energia. Neste caso, o choque tarifário será enorme, mesmo sendo a quantidade de geração térmica pequena quando comparada com a geração hidrelétrica. Isso porque a legislação autoriza o repasse a este valor de referência para toda a geração, o que beneficiaria as hidrelétricas. Um rápido cálculo: o custo médio dos contratos atuais, chamados contratos iniciais, é de US\$22. O novo valor de referência passando para US\$39 por megawatt-hora representa um aumento de 77%. Como o custo da geração corresponde a apenas uma parte do total da tarifa, o aumento na conta de luz seria de cerca de 30%.

Uma alternativa muito melhor seria o Governo criar um fundo, oriundo de um sobrepreço imposto aos consumidores de energia elétrica, com o objetivo de ressarcir o investimento da Petrobrás. Em troca, a Petrobrás se comprometeria a diminuir o custo do gás. Com o gás mais barato, esta geração baixaria dos US\$39 por megawatt-hora para algo como US\$32 por megawatt-hora, os PPA's seriam assinados, as térmicas construídas e a demanda abastecida. Fazendo as contas, o acréscimo na conta de luz ficaria em torno de 1%, bem abaixo dos mencionados 30%.

Resta ainda o problema cambial. Como o preço do gás é fixado em dólares e a energia elétrica é vendida no Brasil em reais, existe o risco, temido pelos investidores, de que uma desvalorização do real frente ao dólar não venha acompanhada do correspondente aumento tarifário em curto espaço de tempo. A preocupação é razoável porque incrementos tarifários são em geral refreados pelo Governo, que teme o ressurgimento do descontrole inflacionário.

Para desatar este segundo nó, é conveniente analisarmos a situação sob o ponto de vista boliviano: o único comprador de seu gás é o Brasil. Os demais países vizinhos possuem reservas de gás e, mundo afora, o gás boliviano deixa de ser competitivo devido ao custo de transporte. Nesse contexto, a complementaridade de interesses entre os dois países poderia ser melhor explorada. Afinal, a Bolívia utiliza os dólares obtidos com a venda de gás ao Brasil para posteriormente usá-los para comprar bens de capital e consumo, em parte do próprio Brasil. Por que não trocar o gás boliviano por produtos brasileiros? Colocado de outra maneira, não seria mais sensato para ambos os países utilizar o real como moeda de troca, em lugar do dólar?